



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

Concurso Público para Provimento de Cargos de

Analista Judiciário – Área Administrativa

P R O V A

Português

Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

No campo da ética

Costuma-se dizer que os fins justificam os meios, de modo que, para alcançar um fim legítimo, todos os meios disponíveis são válidos. No campo da ética, porém, essa afirmação deixa de ser óbvia.

Suponhamos uma sociedade que considere um valor e um fim moral a lealdade entre seus membros, baseada na confiança recíproca. Isso significa que a mentira, a inveja, a adulação, a má-fé, a crueldade e o medo deverão estar excluídos da vida moral, e as ações que se valham desses recursos, empregando-os como meios para alcançar um fim, serão imorais.

No entanto, poderia acontecer que, para forçar alguém à lealdade, fosse preciso fazê-lo sentir medo da punição pela deslealdade, ou fosse preciso mentir-lhe para que não perdesse a confiança em certas pessoas e continuasse leal a elas. Nesses casos, o fim – a lealdade – não justificaria os meios – o medo e a mentira? A resposta ética é: não. Por quê? Porque esses meios desrespeitam a consciência e a liberdade da pessoa moral, que agiria por coação externa e não por reconhecimento interior e verdadeiro do fim ético.

No campo da ética, portanto, nem todos os meios são justificáveis, mas apenas aqueles que estão de acordo com os fins da própria ação. Em outras palavras, fins éticos exigem meios éticos.

A relação entre meios e fins pressupõe que a pessoa moral não existe como um fato dado, como um fenômeno da Natureza, mas é instaurada pela vida intersubjetiva e social, precisando ser educada para os valores morais e para as virtudes.

(Marilena Chauí, **Convite à Filosofia**)

1. Esse texto se desenvolve de modo a argumentar em favor da seguinte posição:

- (A) a prática dos valores éticos é um atributo natural dos seres humanos.
- (B) os meios só se justificam quando não são contrários aos fins de uma ação.
- (C) a deslealdade pode ser necessária para se promover uma atitude leal.
- (D) a educação moral torna possível justificar quaisquer meios em razão dos fins.
- (E) a legitimidade dos fins é garantida pela eficácia de uso dos meios disponíveis.

2. A leitura do último parágrafo do texto permite deduzir, corretamente, que

- (A) a prática moral é tanto mais fácil quanto mais alto o nível de escolaridade.
- (B) nenhuma ação é moral quando contraria a índole natural de uma pessoa.
- (C) os valores morais são categorias essencialmente individuais, e não coletivas.
- (D) é necessária uma educação moral para que bem se ajustem meios e fins.
- (E) a educação moral resulta de uma imposição interna de cada indivíduo.

3. Está correta a tradução de sentido da seguinte expressão do texto:

- (A) *todos os meios disponíveis são válidos* = todos os subterfúgios são verossímeis.
- (B) *essa afirmação deixa de ser óbvia* = tal conjectura já não é im procedente.
- (C) *agiria por coação externa* = se renderia aos ditames da consciência.
- (D) *a relação entre meios e fins pressupõe que* = a autonomia tanto dos fins quanto dos meios faz supor que.
- (E) *ações que se valham desses recursos* = atos que lancem mão desses meios.

4. Está correto o emprego da expressão sublinhada na frase:

- (A) Somente são justificáveis os meios que estão em consonância entre seus fins.
- (B) A mentira e o medo não são meios com que se possa lançar mão.
- (C) É indiscutível o pressuposto de que uma pessoa moral não existe como um fato dado.
- (D) Para uma ação ética, os meios que se pode contar devem ser igualmente éticos.
- (E) A boa formação de uma pessoa implica de que seja educada para os valores morais e para as virtudes.

<p>5. Estão inteiramente respeitadas as normas de concordância verbal na frase:</p> <p>(A) Caso não haja meios éticos para que avancemos por um caminho, cada um dos nossos passos haverá de ser ilegítimo.</p> <p>(B) Caso não seja possível meios éticos para que avancemos por um caminho, cada um dos nossos passos haverá de ser ilegítimos.</p> <p>(C) Caso se contem apenas com meios ilegítimos, não haverá como se possa trilhar caminhos indiscutivelmente éticos.</p> <p>(D) Para que se atendam a finalidades éticas, são imprescindíveis que se contem apenas com meios éticos.</p> <p>(E) Para que se considerem como éticas as ações, pressupõem-se que os meios utilizados sejam legítimos.</p>	<p>8. Atente para a redação das seguintes frases:</p> <p>I. Costuma passar por verdadeiro a afirmação que todos os meios são válidos onde os fins são legítimos, mas nem por isso devemos considerá-la enquanto uma afirmação óbvia.</p> <p>II. Há casos que tornam difíceis a distinção entre o que é justo ou não, por isso é necessário uma educação atenta para que se discrimine os valores morais, os vícios e as virtudes.</p> <p>III. A rigor, não constitui exatamente um privilégio o fato de sabermos avaliar moralmente os nossos atos, pois tal discernimento implica maior responsabilidade em todas as nossas decisões.</p> <p>Está clara e correta APENAS a redação de</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) III.</p>
<p>6. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>Esses meios desrespeitam a consciência e a liberdade da pessoa moral</i>, a forma verbal resultante será</p> <p>(A) serão desrespeitadas.</p> <p>(B) desrespeita-se.</p> <p>(C) é desrespeitada.</p> <p>(D) são desrespeitadas.</p> <p>(E) são desrespeitados.</p>	<p>9. Quanto aos nossos atos, <u>os atos</u> que não são indiscutivelmente éticos apresentam-se como contraditórios, em relação tanto <u>aos atos</u> que se justificam eticamente, quanto aos fins, se <u>os fins</u> forem de fato éticos.</p> <p>Evitam-se as repetições de palavras da frase acima substituindo-se de modo correto os elementos sublinhados por, respectivamente</p> <p>(A) esses - à aqueles - aqueles</p> <p>(B) os mesmos - aqueles - os mesmos</p> <p>(C) aqueles - à aqueles - estes</p> <p>(D) estes - à aqueles - esses</p> <p>(E) aqueles - a aqueles - esses</p>
<p>7. As formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:</p> <p>(A) Se convirmos em que os fins justificam quaisquer meios, justificar-se-ão até mesmo as maiores atrocidades.</p> <p>(B) Quem não exclui os meios anti-éticos em sua conduta inclui a perfídia e a deslealdade como recursos possíveis.</p> <p>(C) A menos que distinguamos entre o bem e o mal, não haverá como aferir a qualidade ética dos nossos atos.</p> <p>(D) Atos éticos nunca adviram de meios anti-éticos, segundo o que assevera a autora do texto.</p> <p>(E) Eles pressuporam que elas agiriam eticamente, mas os fatos que adviram provaram o contrário.</p>	<p>10. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) De acordo com Marilena Chauí – a autora do texto –, é preciso desconfiar das afirmações que, aparentemente óbvias, não resistem a uma análise mais concreta e mais rigorosa.</p> <p>(B) De acordo com Marilena Chauí, a autora do texto: é preciso desconfiar das afirmações que aparentemente óbvias, não resistem a uma análise, mais concreta e mais rigorosa.</p> <p>(C) De acordo com Marilena Chauí, a autora do texto; é preciso: desconfiar das afirmações que, aparentemente óbvias não resistem, a uma análise mais concreta, e mais rigorosa.</p> <p>(D) De acordo com Marilena Chauí, a autora do texto, é preciso desconfiar, das afirmações, que aparentemente óbvias não resistem a uma análise, mais concreta e mais rigorosa.</p> <p>(E) De acordo com Marilena Chauí, – a autora do texto - é preciso desconfiar das afirmações, que, aparentemente óbvias não resistem a uma análise mais concreta e, mais rigorosa.</p>

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue.

Guerra na televisão

O cinismo é uma das armas dos humoristas. No dia em que começou a invasão do Iraque, um deles escreveu em sua coluna de jornal que ia comprar um balde de pipocas, sintonizar a TV num canal internacional e esticar as pernas no sofá. O pior é que esse tipo de cinismo não é de responsabilidade exclusiva do humorista do jornal, mas do próprio tipo de transmissão: os telespectadores se deparam não exatamente com as atrocidades da guerra, mas com uma espécie de cenário de videogame, com clarões e explosões na panorâmica noturna de uma cidade fantasmagórica. As emissoras fazem da cobertura da guerra um espetáculo para grande audiência.

Poupado das visões particularizadas dos corpos atingidos, das expressões de dor, dos inúmeros rostos dos mortos e feridos, o telespectador é induzido a uma percepção asséptica de cada bombardeio, como num combate puramente virtual. Some-se a isso o tempo que gastam os canais de TV na descrição dos armamentos, no preço de cada operação, nas estatísticas de todo tipo, nas análises dos especialistas – e praticamente nada sobra de espaço para o que realmente deveria contar: a trágica experiência humana dos envolvidos.

Muitos dos próprios jornalistas – sobretudo os que estão mais próximos das cenas de combate – procuram desfazer essa banalização da violência com relatos realistas e dramáticos. Mas suas palavras, sendo apenas palavras, não eliminam o efeito das imagens "higienizadas" da guerra, captadas por câmeras fixas, acionadas por controle remoto. Não é estranho que nos filmes de ficção mais violentos se exibam os detalhes mais miúdos e sórdidos, ao passo que no telejornalismo a barbárie ganha o aspecto aceitável de uma grande cena ficcional?

(Severiano Linhares, inédito)

11. A idéia fundamental desenvolvida no texto está corretamente resumida em:

- (A) Deve-se ao cinismo dos humoristas o fato de que as imagens da guerra percam toda a gravidade que lhes é inerente.
- (B) As transmissões ao vivo das cenas de guerra se fazem de modo a retirar das imagens o impacto da violência que se abate sobre os envolvidos.
- (C) É a violência dos filmes de ficção que torna insignificante a brutalidade amplamente propagada nas cenas de guerra dos telejornais.
- (D) Alguns jornalistas preferem, em vez de se valer das palavras, dar toda a ênfase à documentação fotográfica que realizam no local da conflagração.
- (E) Quando mostram os detalhes de uma batalha sangrenta, as reportagens acabam por dar mais ênfase aos dramas subjetivos que à tragédia real.

12. É correta a seguinte afirmação sobre o texto:

- (A) A expressão *percepção asséptica* (2º parágrafo) tem sentido inteiramente oposto ao da expressão *imagens "higienizadas"* (3º parágrafo).
- (B) No contexto do 2º parágrafo, a expressão *Poupado das visões* tem o sentido de *Exposto às cenas*.
- (C) A expressão *sendo apenas palavras*, no 3º parágrafo, tem o mesmo sentido de *ainda que fossem tão-somente palavras*.
- (D) No 3º parágrafo, os termos *filmes de ficção* e *telejornalismo* estão sendo utilizados no desenvolvimento de uma contraposição.
- (E) A expressão *a barbárie ganha o aspecto aceitável*, no 3º parágrafo, deve ser entendida como *a barbárie vence a aparência de aceitabilidade*.

13. Está apropriado o emprego e correta a grafia de todas as palavras da frase:

- (A) A opinião do autor vai de encontro a daqueles que vêm no cinismo uma das armas que os humoristas não dispensam.
- (B) As emissoras lutam entre si pela obtenção de um grande nível de audiência, razão porque fazem da cobertura da guerra um grande espetáculo.
- (C) Os discursos dos governantes revelam toda a sua hipocrisia quando enfatizam a nobreza dos motivos que os levaram à conflagração.
- (D) Não é atoa que os jornalistas mais próximos das cenas de combate são os que dispendem mais esforços para evitar a banalização da violência.
- (E) A assepsia que caracteriza as transmissões tem a pretensão de promover uma imagem aceitável das cenas mais brutais.

14. Para preencher corretamente a lacuna, o verbo indicado entre parênteses deverá ser flexionado numa forma do **plural** na seguinte frase:

- (A) A menos que se (**perder**) no tempo, essas imagens "higienizadas" testemunharão para sempre a insensibilidade de nossa época.
- (B) Uma das marcas dessas transmissões jornalísticas (**estar**) nas semelhanças que guardam com as imagens de um jogo eletrônico.
- (C) Mesmo que não (**criar**) outros efeitos, esse tipo de transmissão já seria nocivo por implicar a banalização da violência.
- (D) Se tudo o que as câmeras captassem (**chegar**) até nós, sem uma edição maliciosa, nossas reações seriam bem outras.
- (E) As pessoas a quem se (**dirigir**) esse tipo de telejornalismo são vistas mais como consumidores de entretenimento do que como cidadãos.

<p>15. Está adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:</p> <p>(A) Uma das armas mais poderosas <u>de cuja</u> se valem os humoristas é o cinismo.</p> <p>(B) A percepção asséptica de cada bombardeio <u>em que</u> visam essas transmissões é uma violência em si mesma.</p> <p>(C) É na transmissão higienizada dos bombardeios <u>aonde que</u> as emissoras revelam toda a sua insensibilidade.</p> <p>(D) A trágica experiência <u>da qual</u> todos os envolvidos numa batalha se submetem parece contar pouco para as emissoras.</p> <p>(E) Os critérios <u>por que</u> se pautam os jornais televisivos, nesse tipo de transmissão, não são minimamente éticos.</p>	<p>18. É preciso corrigir a redação apenas da frase:</p> <p>(A) São muitas as pessoas que se deixam atingir pelo fascínio plástico da transmissão de uma cena de batalha.</p> <p>(B) O fascínio plástico das imagens de uma batalha acaba envolvendo um sem número de pessoas.</p> <p>(C) Não houvesse, de fato, o fascínio humano pela plasticidade da imagem de uma batalha, essas transmissões não teriam tanta audiência.</p> <p>(D) O fascínio plástico que as pessoas se deixam envolver acaba ensejando no sucesso de audiência das transmissões de tais cenas.</p> <p>(E) O fascínio que certas imagens terríveis provocam nos telespectadores advém da inegável beleza de sua plasticidade.</p>
<p>16. Está clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Os detalhes estatísticos e os pormenores técnicos são irrelevantes, se confrontados com as dores reais de cada um dos atingidos pela guerra.</p> <p>(B) É irrelevante haverem tantos dados estatísticos ou pormenores técnicos confrontando-se àqueles atingidos pelas dores reais de uma guerra.</p> <p>(C) Se virmos a confrontar os pormenores estatísticos e os detalhes técnicos diante dos horrores da guerra, o que resulta é que são irrelevantes.</p> <p>(D) Os horrores da guerra, quando confrontada com miudezas técnicas ou números estatísticos, parece menos irrelevante do que de fato seria.</p> <p>(E) Os horrores da guerra faz perder a relevância dos números e dos detalhes técnicos, ao destacar a dor de quem foi realmente atingido por ela.</p>	<p>19. Atente para as seguintes frases:</p> <p>I. À qualquer hora estamos dispostos a assistir à cenas de guerra.</p> <p>II. Àquela hora da noite, ainda estávamos atentos à transmissão das cenas da guerra.</p> <p>III. Daqui a uma hora esse canal passará a transmitir a comunicação que o Presidente fará à Nação.</p> <p>Quanto à necessidade de usar-se o sinal de crase, está inteiramente correto o que se lê em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I e II, somente.</p> <p>(C) I e III, somente.</p> <p>(D) II, somente.</p> <p>(E) II e III, somente.</p>
<p>17. O emprego e a posição dos pronomes sublinhados estão adequados na frase:</p> <p>(A) Se queres a paz, não <u>se</u> descuide: <u>se</u> prepara para a guerra.</p> <p>(B) Se quiserdes a paz, não <u>vos</u> descuideis: preparai-<u>vos</u> para a guerra.</p> <p>(C) Se quer a paz, não <u>te</u> descuide: <u>te</u> prepara para a guerra.</p> <p>(D) Se quereis a paz, não <u>se</u> descuidem: preparai-<u>se</u> para a guerra.</p> <p>(E) Se queremos a paz, não descuidemo-<u>nos</u>: <u>nos</u> preparemos para a guerra.</p>	<p>20. <u>Poupado das visões particularizadas dos corpos atingidos, o telespectador é induzido a uma percepção asséptica de cada bombardeio.</u></p> <p>No contexto do período acima, o segmento sublinhado tem como função exprimir uma</p> <p>(A) finalidade.</p> <p>(B) dúvida.</p> <p>(C) causalidade.</p> <p>(D) decorrência.</p> <p>(E) improbabilidade.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O treinamento, o planejamento de carreira e a promoção constituem o

- (A) recrutamento e seleção de pessoal.
- (B) desenvolvimento de recursos humanos.
- (C) registro e controle de pessoal.
- (D) controle da evolução do conhecimento do funcionário.
- (E) setor de benefícios da organização.

22. O instrumento gráfico utilizado para identificar o processo informacional de um determinado setor operacional denomina-se

- (A) Fluxograma.
- (B) Cronograma.
- (C) Organograma.
- (D) Quadro de distribuição de trabalho (QDT).
- (E) *Lay out*.

23. Nos projetos de investimento em imobilizado que, em função de sua natureza e características, demandam períodos longos e requerem aplicações de recursos financeiros em montantes significativos deve-se elaborar:

- (A) fonte de financiamento a médio-prazo.
- (B) fluxo de caixa.
- (C) orçamento de capital.
- (D) método de avaliação de investimento.
- (E) planejamento de curto prazo.

24. Um programa de ensino preparado para o treinamento do pessoal interno de uma organização deve ter como principal base

- (A) a informatização dos sistemas.
- (B) a assistência educacional de colaboradores internos.
- (C) a abordagem tradicional por ser a única consolidada.
- (D) os profissionais interessados em dar aulas.
- (E) o desempenho da empresa e dos funcionários que estão sendo treinados.

25. Na apresentação de uma proposta de racionalização das atividades de um determinado departamento, o relatório deve obrigatoriamente apresentar: objetivos, situação atual, sistemáticas alternativas, prazo para desenvolvimento e implementação, bem como

- (A) local de desenvolvimento do relatório.
- (B) bibliografia consultada.
- (C) nome das pessoas que resistirão à proposta.
- (D) custo \times benefício.
- (E) tempo que a equipe levou para fazer a proposta.

26. O domínio orçamentário próprio e independente pela pessoa jurídica central do Estado, em coexistência com os das suas entidades da administração indireta e a visão geral do conjunto das suas finanças públicas é obtido por consolidação, segundo o princípio orçamentário

- (A) da anualidade.
- (B) da totalidade.
- (C) da universalidade.
- (D) da não afetação das receitas.
- (E) da exclusividade.

27. Quando da apuração do superávit financeiro, o balanço patrimonial do exercício anterior indicava para o ativo financeiro o valor de \$150 e para o passivo financeiro o de \$70. No exercício haviam sido reabertos dois créditos adicionais: um especial pelo saldo de \$50, que havia sido aberto com recursos de operação de crédito, do qual deixou de ser arrecadado no exercício anterior o valor de \$20; e um extraordinário pelo saldo de \$28. Considerados esses dados, o valor máximo do crédito adicional a ser aberto será

- (A) \$80.
- (B) \$52.
- (C) \$30.
- (D) \$22.
- (E) \$ 2.

28. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual podem ser aprovadas se indicados os recursos necessários provenientes de anulação de despesa, que podem incidir sobre dotações para

- (A) pessoal.
- (B) encargos de pessoal.
- (C) amortização da dívida.
- (D) encargos da dívida.
- (E) transferências constitucionais não tributárias.

29. Os restos a pagar não processados, caracterizam-se por não terem sido objeto de

- (A) protocolização.
- (B) licitação.
- (C) liquidação.
- (D) anulação de empenho.
- (E) ordenação de pagamento quando empenhadas.

30. As despesas realizadas por meio de suprimentos são incluídas na tomada de contas do ordenador da despesa

- (A) desde que por ele não impugnadas.
- (B) quando por ele impugnadas.
- (C) desde que ele assim decida.
- (D) desde que o responsável pelo suprimento assim deseje.
- (E) sempre.

<p>31. Os contratos administrativos devem adotar a forma escrita, salvo se</p> <p>(A) resultantes de licitação efetuada sob a modalidade de convite.</p> <p>(B) destinados a compras de pequeno valor e pronto pagamento.</p> <p>(C) destinados a compras e serviços de valor para o qual é dispensada a licitação.</p> <p>(D) houver autorização expressa da autoridade superior.</p> <p>(E) essa exigência não constar do edital da respectiva licitação.</p>	<p>36. Entendem-se por cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos aquelas que</p> <p>(A) são resultado de alterações efetuadas no contrato, unilateralmente ou por mútuo consentimento entre as partes, após a sua celebração.</p> <p>(B) conferem à Administração poderes especiais de alteração e rescisão do contrato, que não são aplicáveis aos contratos no direito privado.</p> <p>(C) são nulas de pleno direito por conferirem ao particular posição dominante, contrária ao interesse público.</p> <p>(D) não se compreendem no objeto principal da contratação e dizem respeito a obrigações acessórias, tanto do particular quanto da Administração.</p> <p>(E) decorrem do conteúdo mínimo do contrato, disposto tanto pela lei quanto pelo respectivo edital, e que não podem ser objeto de discussão entre as partes.</p>
<p>32. A Administração contrata com determinada sociedade de prestação de serviços de engenharia a execução da obra de um edifício, definitivamente recebido em 13 de março de 2002. Em 30 de maio de 2003, dentro do prazo de garantia previsto pela legislação civil, percebe-se que o edifício apresenta rachaduras e vícios estruturais, que comprometem a solidez e segurança da obra. Nessa hipótese, a Administração</p> <p>(A) pode exigir do prestador de serviços o pagamento da indenização correspondente.</p> <p>(B) pode rescindir o contrato e executar a respectiva garantia.</p> <p>(C) pode devolver o prédio, recebendo do prestador de serviços o respectivo preço.</p> <p>(D) nada pode fazer, pois o objeto do contrato fora objeto de vistoria, previamente ao recebimento definitivo.</p> <p>(E) deverá providenciar os reparos às suas próprias expensas e voltar-se regressivamente contra o servidor que recebeu o objeto do contrato.</p>	<p>37. Determinado Município ingressa em juízo, requerendo autorização judicial para fazer cumprir decisão administrativa de interdição de estabelecimentos comerciais instalados em desacordo com as posturas urbanísticas. A ação é extinta sem julgamento do mérito, tendo o juiz considerado que o Município não precisa de amparo judicial para fazer cumprir essa decisão. No caso, a sentença baseou-se no atributo dos atos administrativos consistente na</p> <p>(A) presunção de legitimidade.</p> <p>(B) presunção de veracidade.</p> <p>(C) auto-executoriedade.</p> <p>(D) primazia do interesse público.</p> <p>(E) inafastabilidade do controle jurisdicional.</p>
<p>33. O prazo que deverá mediar a publicação de aviso de edital de concorrência para compra, em que usado o critério de julgamento de menor preço, e a data do recebimento das propostas deverá ser, no mínimo, de</p> <p>(A) 5 (cinco) dias.</p> <p>(B) 10 (dez) dias.</p> <p>(C) 15 (quinze) dias.</p> <p>(D) 30 (trinta) dias.</p> <p>(E) 45 (quarenta e cinco) dias.</p>	<p>38. NÃO é proibição aplicável ao servidor público:</p> <p>(A) aceitar emprego ou comissão de Estado estrangeiro.</p> <p>(B) valer-se do cargo para obter proveito pessoal, em detrimento da dignidade da função pública.</p> <p>(C) delegar funções a pessoas estranhas à repartição, fora dos casos previstos em lei.</p> <p>(D) ser membro do Conselho de Administração de sociedade de economia mista federal.</p> <p>(E) retardar injustificadamente a tramitação de processo administrativo.</p>
<p>34. Abelardo é titular do cargo de médico em hospital mantido por autarquia estadual, no qual trabalha de segunda a quarta-feira, toda semana. Paralelamente, ocupa cargo semelhante em hospital mantido pela Administração direta municipal, no qual trabalha às quintas e sextas-feiras. A acumulação de cargos, nessa hipótese, é</p> <p>(A) permitida, por se tratar de dois cargos de profissional da área da saúde.</p> <p>(B) permitida, por se tratar de hospitais mantidos por diferentes entes federativos.</p> <p>(C) permitida, pois a proibição de acumulação não se estende a cargos da Administração indireta.</p> <p>(D) proibida, pois a acumulação somente é permitida para cargos de professor.</p> <p>(E) proibida, pois não se podem acumular cargos públicos.</p>	<p>39. Determinado servidor ausenta-se do serviço, sem causa justificada, pelo período de 45 dias alternados, no prazo de 4 meses. Posteriormente, o servidor retoma normalmente suas atividades. Em razão desse fato, é instaurado processo administrativo disciplinar, que poderá culminar com a aplicação da pena de</p> <p>(A) demissão por inassiduidade habitual.</p> <p>(B) advertência ou suspensão, por inassiduidade habitual.</p> <p>(C) demissão por abandono de cargo.</p> <p>(D) advertência, sem prejuízo da posterior demissão caso o servidor falte mais 15 dias nos próximos 12 meses.</p> <p>(E) advertência, sem prejuízo da posterior demissão caso o servidor falte mais 15 dias nos próximos 8 meses.</p>
<p>35. A exoneração de servidor que ocupa cargo em comissão, por decisão da autoridade superior,</p> <p>(A) depende da oitiva prévia do servidor.</p> <p>(B) deve ser precedida de regular processo administrativo.</p> <p>(C) depende da verificação de hipótese prevista taxativamente na lei.</p> <p>(D) é sanção aplicável aos casos de falta grave no exercício da função.</p> <p>(E) é ato administrativo discricionário.</p>	

<p>40. A revisão de processo administrativo disciplinar pode ser realizada a qualquer tempo,</p> <p>(A) de ofício ou a requerimento do interessado, sem necessidade de alegação de novos elementos para o julgamento.</p> <p>(B) apenas a requerimento do interessado, sem necessidade de alegação de novos elementos para o julgamento.</p> <p>(C) de ofício ou a requerimento do interessado, havendo alegação de novos elementos para o julgamento.</p> <p>(D) apenas de ofício, havendo alegação de novos elementos para o julgamento.</p> <p>(E) apenas a requerimento do interessado, havendo alegação de novos elementos para o julgamento.</p>	<p>44. Relativamente às matérias que estão no âmbito das competências legislativas privativas da União,</p> <p>(A) a competência da União restringe-se ao estabelecimento de normas gerais, assegurado o exercício de competência suplementar pelos Estados.</p> <p>(B) lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas que lhes sejam pertinentes.</p> <p>(C) a inexistência de lei federal autoriza os Estados a exercer competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades.</p> <p>(D) lei complementar fixará normas para a cooperação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.</p> <p>(E) a superveniência de lei estadual sobre normas gerais suspende a eficácia da lei federal, no que lhe for contrária.</p>
<p>41. Compete aos Tribunais Regionais Federais julgar, em grau de recurso,</p> <p>(A) as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício de competência federal da área de sua jurisdição.</p> <p>(B) as revisões criminais e ações rescisórias de julgados seus ou de juízes federais da região.</p> <p>(C) os <i>habeas corpus</i>, quando a autoridade coatora for juiz federal.</p> <p>(D) os mandados de segurança e <i>habeas data</i> contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal.</p> <p>(E) os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao Tribunal.</p>	<p>45. De acordo com a Constituição, o Senado Federal compõe-se de representantes</p> <p>(A) do povo brasileiro, eleitos segundo o princípio proporcional, para um mandato de quatro anos.</p> <p>(B) do povo dos Estados, Distrito Federal e Territórios, eleitos segundo o princípio majoritário, em dois turnos.</p> <p>(C) da União e dos Estados, cada qual elegendo três Senadores, para um mandato de quatro anos.</p> <p>(D) dos Estados e do Distrito Federal, eleitos pelo princípio majoritário, para um mandato de oito anos.</p> <p>(E) do povo, renovando-se sua representação de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.</p>
<p>42. Relativamente à garantia de vitaliciedade assegurada aos magistrados de primeira instância pela Constituição,</p> <p>(A) será adquirida após três anos de exercício efetivo da função, podendo a perda do cargo dar-se mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho.</p> <p>(B) o magistrado não poderá ser removido ou promovido, senão com o seu assentimento, manifestado na forma da lei.</p> <p>(C) será adquirida após dois anos de exercício da função, sendo que, nesse período, a perda do cargo dependerá de deliberação do Tribunal a que o juiz estiver vinculado.</p> <p>(D) não poderão os magistrados ser postos em disponibilidade, nem aposentados compulsoriamente.</p> <p>(E) será adquirida quando de seu provimento no cargo, em que ingressam mediante concurso público de provas e títulos.</p>	<p>46. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente</p> <p>(A) da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(B) do Congresso Nacional, o do Supremo Tribunal Federal e o do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(C) da Câmara dos Deputados, o do Supremo Tribunal Federal e o do Tribunal de Contas da União.</p> <p>(D) do Senado Federal, o do Congresso Nacional e o da Câmara dos Deputados.</p> <p>(E) do Supremo Tribunal Federal, o do Superior Tribunal de Justiça e o do Tribunal de Contas da União.</p>
<p>43. É INCORRETO afirmar sobre o Distrito Federal que</p> <p>(A) exerce as mesmas competências atribuídas pela Constituição a Estados e Municípios.</p> <p>(B) será regido por lei orgânica, aprovada por dois terços da Câmara Legislativa.</p> <p>(C) a eleição de seu Governador coincidirá com a dos Governadores Estaduais.</p> <p>(D) aos Deputados distritais aplicam-se as disposições constitucionais relativas aos Deputados Estaduais.</p> <p>(E) fica autorizada sua divisão em Municípios, a serem criados mediante aprovação da União.</p>	

<p>47. Considere as seguintes afirmações sobre os direitos dos trabalhadores na Constituição.</p> <p>I. Proíbe a Constituição a realização de qualquer trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 12 anos.</p> <p>II. A Constituição assegura aos trabalhadores domésticos direito a décimo terceiro salário e aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.</p> <p>III. Aos trabalhadores urbanos e rurais, é garantida a irredutibilidade de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.</p> <p>Está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e III.</p>	<p>51. Com o Novo Código Civil, o instituto da emancipação pela concessão dos pais</p> <p>(A) foi mantido, agora contemplando o menor com dezesseis anos completos.</p> <p>(B) deixou de existir, visto que a maioria foi atribuída a quem contar dezoito anos completos.</p> <p>(C) passou a ser regido exclusivamente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.</p> <p>(D) não foi modificado, continuando com os mesmos requisitos exigidos pelo Código anterior.</p> <p>(E) foi atenuado e desburocratizado, tanto que pode ser concedido por instrumento particular.</p>
<p>48. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular,</p> <p>(A) mediante justa e prévia indenização, em dinheiro.</p> <p>(B) desde que a propriedade não esteja cumprindo sua função social.</p> <p>(C) assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.</p> <p>(D) mediante indenização prévia, em títulos da dívida pública.</p> <p>(E) não tendo o proprietário direito a indenização, diante da urgência do interesse público.</p>	<p>52. Foi aprovada alteração estatutária, por deliberação de noventa por cento dos competentes para gerir e representar a Fundação. Nesse caso,</p> <p>(A) o Ministério Público, desde que nada contrarie ou desvirtue o fim da Fundação, está compelido a aprová-lo, pois o quorum necessário é de dois terços dos votos.</p> <p>(B) a alteração não produzirá nenhum efeito, uma vez que os estatutos de um fundação só podem ser alterados por unanimidade de votos.</p> <p>(C) o Ministério Público, ao receber os estatutos alterados, deverá dar ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias.</p> <p>(D) o fato de o quorum de aprovação ultrapassar dois terços faz com que as alterações tenham vigência imediata, sem necessidade de aprovação do Ministério Público.</p> <p>(E) o Ministério Público instaurará o necessário processo contraditório no Juízo competente, intimando a maioria e a minoria para acompanhá-lo.</p>
<p>49. Somente poderão os Tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público</p> <p>(A) por decisão unânime de seus membros ou do respectivo órgão especial.</p> <p>(B) pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou do respectivo órgão especial.</p> <p>(C) se provocados pelos juízes de primeira instância que estiverem vinculados ao Tribunal.</p> <p>(D) em sede de ação direta de inconstitucionalidade ou ação declaratória de constitucionalidade.</p> <p>(E) nas hipóteses em que couber ao Senado Federal suspender a eficácia da lei ou ato normativo impugnado.</p>	<p>53. Pode ser declarada a morte presumida de alguém que,</p> <p>(A) permanecendo em coma por mais de cinco anos, sofra declaração médica de "vida vegetativa".</p> <p>(B) declarado ausente com qualquer idade, não aparecer nos cinco anos seguintes à declaração de ausência.</p> <p>(C) sendo pródigo, não se recuperar integralmente em até dez anos da declaração de prodigalidade.</p> <p>(D) estando em perigo de vida e sendo extremamente provável sua morte, tenha sua ausência declarada e decorram dois anos sem que reapareça.</p> <p>(E) desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.</p>
<p>50. A retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo, poderá ser requerida por intermédio de</p> <p>(A) mandado de injunção.</p> <p>(B) <i>habeas corpus</i>.</p> <p>(C) mandado de segurança.</p> <p>(D) <i>habeas data</i>.</p> <p>(E) ação civil pública.</p>	

<p>54. Deu cupim no madeirame de minha casa e, para sua troca, tive que retirar todas as telhas, uma a uma, com cuidado para depois reempregá-las. Nesse caso, minha telha</p> <p>(A) é um bem móvel, como sempre foi e seguirá sendo.</p> <p>(B) não perdeu sua condição de bem imóvel, porque provisoriamente separada do prédio.</p> <p>(C) esteve imobilizada, mas, desfeito o telhado, retornou à categoria de bem móvel.</p> <p>(D) é um bem móvel, pois se houvesse transformação em imóvel de tudo o que se agrega ao solo, o cupim também seria bem imóvel por incorporação.</p> <p>(E) é um bem imóvel por natureza, pois toda telha existe para ser usada em cobertura de prédios, realidade imóvel a que se integra.</p>	<p>57. Devo cumprir uma obrigação em meado do mês de fevereiro. Logo, devo cumpri-la</p> <p>(A) entre os dias 12 e 18, como ocorre com todos os meses do ano.</p> <p>(B) entre os dias 13 e 17, como ocorre com todos os meses do ano.</p> <p>(C) entre os dias 14 e 16, como ocorre com todos os meses do ano, salvo quando bissexto.</p> <p>(D) no dia 14, em anos normais, e no dia 15 nos anos bissextos.</p> <p>(E) no dia 15, quer seja ano bissexto, quer não.</p>
<p>55. Quanto aos bens, é correto afirmar que</p> <p>(A) pertencas são os bens principais e acessórios, vistos como uma coletividade de direitos.</p> <p>(B) os bens que formam a universalidade de fato não podem ser objeto de relações jurídicas próprias.</p> <p>(C) somente a determinação da lei, não a vontade das partes, pode tornar indivisível um bem naturalmente divisível.</p> <p>(D) são fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.</p> <p>(E) o direito à sucessão aberta é um exemplo de bem móvel.</p>	<p>58. Premido pela necessidade de salvar pessoa de minha família, de grave dano conhecido pela outra parte, assumi obrigação excessivamente onerosa. Nesse caso, estamos falando do vício que torna anulável o ato ou negócio jurídico e que é conhecido como</p> <p>(A) dolo.</p> <p>(B) coação.</p> <p>(C) estado de perigo.</p> <p>(D) fraude.</p> <p>(E) erro de direito.</p>
<p>56. Os bens públicos dominicais são</p> <p>(A) alienáveis, desde que sejam observadas as exigências da lei.</p> <p>(B) inalienáveis, enquanto conservarem essa qualificação.</p> <p>(C) aqueles que, desde tempos imemoriais, pertencem ao poder público, como os rios e mares.</p> <p>(D) os únicos bens públicos que podem ser usucapidos, desde que para servir de moradia, nos termos da Constituição Federal.</p> <p>(E) aqueles que, pela destinação, servem de estradas, ruas e praças.</p>	<p>59. Quanto à formação dos contratos, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) considera-se presente a pessoa que contrata por telefone ou por meio de comunicação semelhante.</p> <p>(B) a aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações não importa, necessariamente, nova proposta.</p> <p>(C) pode revogar-se a oferta pela mesma via de sua divulgação, desde que ressalvada esta faculdade na oferta realizada.</p> <p>(D) considera-se inexistente a aceitação, se antes dela ou com ela chegar ao proponente a retratação do aceitante.</p> <p>(E) o contrato reputa-se celebrado no lugar onde foi proposto.</p> <p>60. Com o novo Código Civil,</p> <p>(A) proíbe-se, parcialmente, que a herança de pessoa viva seja objeto de contrato, ficando revogada a regra do Código anterior, que era permissiva.</p> <p>(B) passou-se a permitir que a herança de pessoa viva venha a ser, livremente, objeto de contrato.</p> <p>(C) a herança de pessoa viva só pode ser objeto de contrato sob autorização judicial.</p> <p>(D) persiste a proibição de a herança de pessoa viva ser objeto de contrato.</p> <p>(E) a herança de pessoa viva pode ser objeto de contrato apenas quando presentes no contrato todos os futuros herdeiros, em tudo concordando.</p>